

**HABEAS CORPUS Nº 492.753 - PR (2019/0038691-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
WISLEY RODRIGO DOS SANTOS - PR057607  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : BRUNO RODRIGUES GONCALVES  
**PACIENTE** : GABRIEL ANGELO COSTA

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de BRUNO RODRIGUES GONÇALVES e GABRIEL ANGELO COSTA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Apelação Criminal n. 1.670.230-2).

Consta do processo que os pacientes, juntamente com um corréu, foram pronunciados pela prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, I, III e IV (por 4 vezes), e 121, § 2º, I, III e IV, c/c o art. 14, II (por 3 vezes) todos do Código Penal.

Submetidos a julgamento perante o tribunal do júri, o primeiro paciente teve desclassificada sua conduta para homicídio culposo e lesão corporal culposa, sendo condenado a uma pena de 1 (um) ano, 10 (dez) meses e 15 (quinze) dias de detenção em regime semiaberto, enquanto que o segundo paciente foi absolvido.

Irresignada, a acusação ingressou com recurso de apelação, provido nos termos da ementa ora transcrita (e-STJ fl. 392):

*APELAÇÃO CRIME - HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO (3x) E CONSUMADO (4x) - TRIBUNAL DO JÚRI - DOIS RÉUS - ABSOLVIÇÃO DO RÉU GABRIEL E DESCLASSIFICAÇÃO PARA MODALIDADE CULPOSA NO CASO DO RÉU BRUNO. INSURGÊNCIA MINISTERIAL - DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. RELATO DAS TESTEMUNHAS QUE EVIDENCIAM, TANTO A PARTICIPAÇÃO, QUANTO O DOLO DOS RÉUS - NECESSIDADE DE SUBMETER OS ACUSADOS A NOVO JULGAMENTO - RECURSO PROVIDO.*

Na presente impetração, a Defensoria Pública assere que "na hipótese concreta, porém, a c. 1ª Turma do e. TJ/PR revalorou e sopesou provas, para fins de anular a absolvição do Conselho de Sentença, em franca violação à soberania dos

vereditos e ao quanto positivado na regra do art. 593, III, d, do CPP" (e-STJ fl. 8).

Assim, requer "seja suspensa a realização da nova Sessão Plenária dos pacientes designada para o dia 21.02.19, às 09h30, da 2ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Curitiba-Paraná, enquanto não seja apreciado por este Tribunal o mérito deste Habeas Corpus" (e-STJ fl. 15), e, no mérito, requer a "cassação do acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que determinou a realização de um novo Júri Popular" (e-STJ fl. 15).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

